

TRANSITIVIDADE VERBAL: TEORIA E PRÁTICA GRAMATICAIS

Gessilene Silveira Kanthack

- (UESC-BA)

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é abordar a transitividade verbal à luz dos pressupostos básicos da gramática tradicional, revelando alguns problemas no tocante à classificação prescrita, bem como destacar a competência do falante em reconhecer e identificar as particularidades sintático-semânticas dos verbos e dos seus complementos.

PALAVRAS-CHAVE:

Verbos, transitivos, intransitivos, complementos.

Introdução:

A transitividade verbal preconizada pela Gramática Tradicional (doravante GT), embora já tenha sido objeto de inúmeros trabalhos (Cf. MATEUS et al. 1983; PERINI & FULGÊNCIO 1992; PERINI, 1995; BORBA, 1996; DIAS, 2001; entre outros), continua a suscitar reflexões que, a nosso ver, são relevantes para o ensino, particularmente, de análise sintática. Descrevemos, na primeira parte, como a transitividade é concebida e como os verbos são classificados tradicionalmente. Na segunda, revelamos como o falante aplica, na prática, o conhecimento gramatical subjacente que tem sobre os comportamentos de verbos e complementos. Por fim, tecemos algumas considerações finais.

A transitividade verbal na gramática tradicional:

Ao abordar a transitividade verbal, as gramáticas tradicionais (Cf. CUNHA & CINTRA, 1985; CEGALLA, 1990; BECHARA, 1999; entre outros) têm em vista, basicamente, a concepção de que transitividade (do latim transitivus = que vai além, que se transmite) é uma propriedade específica dos verbos que exigem objetos. Um verbo desse tipo (considerado como termo regente) mantém uma relação de dependência com um objeto (termo regido), pois é este elemento o responsável por completar o sentido do verbo.

Formalmente, o verbo transitivo pode ocorrer com um substantivo no acusativo (objeto direto) ou no dativo (objeto indireto), como ilustram, respectivamente, (1a) e (1b) abaixo:

- (1) a. João comprou uma casa.
- b. João gosta de doce.

Como se pode notar, a distinção entre os dois tipos de verbos é feita pela presença ou não de uma preposição. Quando ela está presente, o verbo é chamado de transitivo indireto; quando não, de objeto direto (vale lembrar que a GT entra em contradição quando apresenta o objeto direto preposicionado). Há, também, os verbos que podem exigir, simultaneamente, os dois objetos, os chamados bitransitivos, como mostram (2a) e (2b):

- (2) a. João enviou uma carta à namorada.
- b. A mãe deu dinheiro ao filho.

Por oposição aos verbos transitivos, nos intransitivos, por terem sentido completo, “a ação não vai além do verbo” (CUNHA & CINTRA, 1985: 132):

- (3) a. João morreu.
- b. Maria chegou.

Essa é uma tipologia baseada numa mistura de propriedades semânticas e sintáticas. Para distinguir os verbos transitivos dos intransitivos, tem-se em vista o fato de o verbo necessitar ou não de complemento (critério semântico); para separar os transitivos diretos dos indiretos, leva-se em conta a presença ou não de preposição (critério sintático). Normalmente, essa confusão não é mencionada nas gramáticas tradicionais, pois a elas o que interessa é a categorização sintática. Assim, quando se referem a verbos e complementos, preocupam-se em distribuí-los em diferentes paradigmas.

A transitividade verbal na prática: reflexões

Kanthack & Santos Junior (2007), ao investigar como a transitividade é concebida na prática, constataram que, muitas vezes, o falante coloca em evidência não o conhecimento adquirido via doutrina gramatical explícita, mas sim o conhecimento que caracteriza a chamada doutrina gramatical implícita (Cf. PERINI 1993:16-17). Segundo este autor, essa doutrina “não é nunca explicitada, nem reconhecida como existente, mas que na verdade guia nossas decisões dentro da prática da análise gramatical”. Para ilustrar a problemática, consideremos os exemplos abaixo:

(4) a. João gosta de doce.

b. João dormiu de pijama.

Conforme a doutrina gramatical explícita, os verbos seriam classificados, respectivamente, como transitivo indireto e intransitivo, pressupondo, assim, a existência de duas estruturas distintas. No entanto, foi constatado que, para alguns falantes, não se tratam de estruturas diferentes, pois “de pijama”, classificado como adjunto adverbial pela GT, seria objeto indireto, assim como “de doce”, já que os substantivos vêm acompanhados de preposição. Vejamos outro contraste:

(5) a. Maria chegou de carro.

b. Maria chegou triste.

Como se pode notar, o verbo “chegar” aparece acompanhado de complementos: “de carro” (5a) e “triste” (5b). Para alguns falantes seriam, respectivamente, objeto indireto e predicativo do sujeito, exatamente como ocorre em (6), onde temos a presença, de fato, de um verbo transitivo indireto (6a) e, um verbo de ligação (6b) (vale lembrar que a GT assume que o verbo de ligação tem apenas a função de ligar o predicativo (adjetivo/locução adjetiva) ao sujeito):

(6) a. Maria gosta de carro.

b. Maria ficou triste.

Apesar de a GT (mais especificamente CUNHA & CINTRA, 1985) reconhecer que não são apenas os verbos de ligação (6b) que ocorrem com predicativos, admitindo que em (5b) temos um verbo intransitivo acompanhado de predicativo, caracterizando assim o chamado predicado verbo-nominal, verificou-se que, para alguns falantes, o verbo “chegar” teria o mesmo comportamento do verbo de ligação, pois, formalmente, ambos estariam selecionando como complemento um predicativo do sujeito. Outra evidência de que os falantes reconhecem a existência de estruturas sintáticas idênticas para verbos aparentemente diferentes pode ser observada em (7):

(7) a. Maria comprou uma estátua.

b. Maria parecia uma estátua.

Em (7a), o verbo em questão é o transitivo direto, em contraste com o verbo de ligação (7b) que, na verdade, teria também o mesmo comportamento do verbo “comprar”, já que, naturalmente, alguns falantes apontam que “uma estátua” em (7b) seria, na verdade, objeto direto, já que a pergunta que se faz ao verbo “parecer” é a mesma que utilizamos para o verbo “comprar”: “Maria comprou o quê?” “Maria parecia o quê?”

A propósito dessa problemática, Perini (1992, 1995) também a destaca, lembrando que, na prática, os verbos podem ocorrer transitivamente ou não. Para explicar isso, considera os seguintes exemplos:

- (8) a. Meu gato já comeu todo o mingau.
- b. Meu gato já comeu.
- c. Meu gato quase não come.

Como se pode notar, “comer” ora exige a presença de um objeto direto (8a), ora recusa-o, como ilustram (8b) e (8c). Esse mesmo comportamento também se observa com o verbo “dormir”, que pode ser tanto intransitivo (9a) quanto transitivo (9b):

- (9) a. Marineuza dormiu.
- b. Marineuza dormiu um sono tranqüilo.

De acordo com Perini (1995:162), particularidades como as que apresentamos acima têm levado alguns autores a sugerirem que “a transitividade não seria propriedade dos verbos, mas antes dos próprios contextos, ou de verbos em determinados contextos”. Inclusive Cunha & Cintra (1985:134), embora não aprofundam a discussão, reconhecem essa variabilidade da predicação verbal e afirmam que “o mesmo verbo pode estar empregado ora intransitivamente, ora transitivamente; ora com objeto direto, ora com indireto”. Os autores usam como exemplo o verbo “perdoar”:

- (10) a. Perdoai sempre. (intransitivo)
- b. Perdoai as ofensas. (transitivo direto)
- c. Perdoai aos inimigos. (transitivo indireto)
- d. Perdoai as ofensas aos inimigos. (transitivo direto e indireto)

Fazendo referência à afirmação de Cunha & Cintra (1985), de que a transitividade não seria propriedade dos verbos, mas dos próprios contextos ou de verbos em determinados contextos, Perini (1995) argumenta que, se assumirmos isso, teríamos como conse-

qüência o esvaziamento da noção de transitividade, tornando-a supérflua. Segundo ele, há necessidade de se criar uma outra classe para enquadrar verbos que podem ou não ter complementos à vontade.

Independentemente desses apontamentos, o que é interessante destacar é que o falante, naturalmente, tem consciência das propriedades dos verbos como dos seus complementos. E é esse conhecimento (gramatical implícito) que o permite empregar, por exemplo, um determinado verbo em diferentes contextos sintáticos, acompanhados, ou não, de complementos.

Conforme Possenti (1996:69-70), essa habilidade é resultada de dois tipos de conhecimentos: o lexical e o sintático-semântico. O primeiro “pode ser descrito simplificarmente como a capacidade de empregar as palavras adequadas (...) às ‘coisas’, aos ‘processos’ etc.” O segundo está relacionado “com a distribuição das palavras na sentença e o efeito que tal distribuição tem para o sentido”.

Em outras palavras, o falante tem o conhecimento das propriedades sintático-semânticas dos verbos, que impõem restrições seletivas quanto ao tipo de complemento (incluindo aí o próprio sujeito, já que este também é responsável por completar o sentido de um verbo), e que essas restrições têm relação inegável com a interpretação semântica, tendo, assim, efeito sobre a estrutura das sentenças. Desta forma, ele sabe que em (11) o verbo exige a presença da preposição, particularidade esta que explica as agramaticalidades das sentenças (Cf. CHOMSKY (1965), aquilo que não é gerado por uma gramática):

- (11) a. *João gosta doce.
- b. *João dormiu pijama.
- c. *João ficou cama.

Por outro lado, também sabe que a preposição não é selecionada pelos verbos nos contextos sintáticos abaixo, como indiciam as agramaticalidades:

- (12) a. *João saiu de preocupado.
- b. *João está de preocupado.
- c. *João comprou de estátua.

A nosso ver, uma análise coerente dos verbos e dos complementos não deve se restringir a uma simples categorização, mas sim proporcionar reflexões sobre suas propriedades sintático-semânticas, possibilitando àquele que estuda as estruturas de uma língua reconhecer as regularidades e as idiosincrasias que envolvem não somente verbos e complementos, mas também outros fatos da língua. Para isso, é preciso incentivar a prática da observação, da descrição sistemática e da análise contrastiva a fim de que o falante compreenda o mecanismo da estruturação das sentenças e o funcionamento de sua língua.

Considerações finais:

Como vimos, a GT classifica os verbos, quanto à transitividade, a partir da predicação que determina se o verbo é transitivo ou intransitivo. Nessa abordagem, presume-se que os verbos têm comportamentos bastante definidos, não prevendo, muitas vezes, que eles possam mudar de transitividade. No entanto, constatamos que o falante reconhece, intuitivamente, estruturas uniformes para verbos que teriam, supostamente, propriedades distintas. Esse tipo de constatação evidencia o conhecimento subjacente que o falante tem da sua língua, no caso, das propriedades dos verbos e dos complementos. Considerar esse tipo de conhecimento numa análise descritiva é o primeiro passo para se compreender o modelo da competência lingüística do falante. Portanto, não é apenas o modelo apresentado nos

manuais tradicionais que deve ser destacado nas aulas de análise sintática. Antes mesmo de se apresentar tal modelo, é necessário investigar e entender os julgamentos e as escolhas lingüísticas dos falantes.

Referências bibliográficas:

- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BORBA, Francisco da Silva. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.
- CEGALLA, Domingos P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 33 ed. São Paulo: Nacional, 1990.
- CHOMSKY, Noam. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Trad. Meireles e Raposo. Coimbra: Armenio Amado, 1965.
- CUNHA, Celso & CINTRA, L. F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DIAS, Luiz Francisco. Fatos sintáticos e propriedades enunciativas: uma visão semântica da transitividade verbal. In: HORA, Demerval da & CRISTIANO, E. (Orgs) *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia, 2001, p. 179-191.
- KANTHACK, Gessilene Silveira & SANTOS JUNIOR, Ivanildo Bispo dos. O ensino de transitividade em sala de aula: relevância dos conhecimentos implícitos e explícitos. In: *Anais do I colóquio nacional de estudos da linguagem*. UFRN: Natal, 2007. (Arquivo eletrônico).
- MATEUS, Maria Helena M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.
- PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.
- PERINI, Mário A. *Para uma nova gramática do português*. 7 ed. São Paulo: Ática, 1993.
- PERINI, Mário A. & FULGÊNCIO, Lúcia. Notas sobre a transitividade verbal. In: KIRTS, Marta et al. *Lingüística aplicada ao*

ensino de português. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 64-82.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.